

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 250** se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

• As siglas seguintes, sempre que usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: AGU = Advocacia-Geral da União; CDC = Código de Defesa do Consumidor; CIDH = Comissão Interamericana de Direitos Humanos; CPC = Código de Processo Civil; FEBEM = Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor; FEBEM/SP = Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do estado de São Paulo; IBAMA = Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; INCRA = Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; MEC = Ministério da Educação; PROCON = Órgão de Proteção ao Consumidor; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça.

## GRUPO I

A respeito da avocação e da delegação de competência, julgue os itens seguintes.

- 1 O ato de delegação, em princípio, retira do delegante o poder de exercer as atribuições transferidas ao delegado e, por isso, a autoridade delegante deixa de ter a faculdade de revogar a delegação a qualquer tempo.
- 2 A avocação de competência é um meio pelo qual a autoridade administrativa situada em nível hierárquico superior chama para si a competência para solucionar questão que normalmente caberia a um escalão inferior. Portanto, por configurar abuso de poder, a avocação é considerada instituto ilegítimo.

Acerca das fundações públicas, julgue os itens subsequentes.

- 3 As fundações públicas ligam-se à administração direta por um vínculo denominado, pela doutrina administrativa, tutela administrativa.
- 4 As fundações públicas são entidades dotadas de personalidade jurídica própria, voltadas ao desenvolvimento de atividades que não exijam, obrigatoriamente, execução por órgãos ou entidades de direito público.

A auto-executoriedade permite que atos e medidas administrativas sejam postas em prática pela própria administração, mediante coação, sem necessidade de consentimento de qualquer outro poder. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

- 5 Para se contrapor à força dos atos auto-executáveis da administração pública, evitando-se que o cidadão sofra danos irreparáveis, estão previstas, no ordenamento jurídico nacional, liminares nos mandados de segurança e na ação popular.
- 6 A auto-executoriedade dos atos administrativos constitui exceção ao princípio constitucional da harmonia entre os poderes.
- 7 A auto-executoriedade tem fundamento na necessidade de não se retardar o atendimento das necessidades da coletividade ante interesses que lhes são contrários. Um outro fundamento da auto-executoriedade é a presunção de legalidade dos atos administrativos.

Acerca da evolução da doutrina nacional no que concerne ao conceito e aos limites do mérito do ato administrativo, julgue os itens a seguir.

- 8 O mérito é um elemento relacionado à conveniência e à oportunidade do ato administrativo, existindo apenas nos atos discricionários.
- 9 As tendências doutrinárias contemporâneas sobre poder discricionário inclinam-se na direção de considerar que a relação entre legalidade e mérito encontra-se atenuada pela amplitude dos parâmetros do exercício do poder discricionário e pela consideração de bases mais amplas da legalidade.

Com base nos fundamentos da teoria dos motivos determinantes, julgue os itens que se seguem.

- 10 Tanto a falsidade como a inexistência dos motivos apontados como suporte para a consecução do ato administrativo implicam a sua nulidade.
- 11 A teoria dos motivos determinantes abrange todos os atos administrativos e não só aqueles em que, apesar da inexistência do dever legal de motivar, o administrador o faz.
- 12 A teoria dos motivos determinantes condiciona a validade do ato administrativo aos motivos que foram indicados como seu fundamento.

Com relação à aplicação das teorias do fato do príncipe e da imprevisão nos contratos administrativos, julgue os próximos itens.

- 13 Uma greve excepcionalmente prolongada em setor correlato ao objeto de contrato administrativo pode ser invocada pelo particular como motivo para aplicação da teoria da imprevisão.
- 14 As duas teorias têm aplicação nos contratos de prestação sucessiva.
- 15 Identifica-se fato do príncipe nos casos em que a administração contratante põe em prática o seu poder de alterar unilateralmente o contrato.
- 16 Em termos evolutivos, a consideração da álea econômica extraordinária e da álea administrativa extraordinária, comumente separadas, do ponto de vista teórico, como requisitos da aplicação da teoria da imprevisão, tornou mais difícil a fixação da diferença entre imprevisão e fato do príncipe.

O tombamento, que tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, é forma de intervenção do Estado na propriedade privada. Acerca desse tema, julgue os itens subsequentes.

- 17 O tombamento pode atingir bens públicos ou particulares, sendo vedado, para o caso dos bens públicos, o tombamento de caráter provisório.
- 18 As obras de origem estrangeira que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no Brasil podem ser objeto de tombamento.
- 19 O tombamento é uma restrição parcial da propriedade que gera, em regra, direito a indenização.

A desapropriação para reforma agrária, ato privativo da União, é realizada, no Brasil, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com esteio na permissão constitucional de expropriação do imóvel rural que não estiver cumprindo sua função social. A respeito desse tema, julgue os seguintes itens.

- 20** A finalidade pública ou o interesse social é exigência constitucional para legitimar a desapropriação. No caso da desapropriação para fins de reforma agrária, o interesse deve ser o da coletividade. Quando o interesse motivador de uma desapropriação for o do poder público, o fundamento da desapropriação será a necessidade ou a utilidade pública.
- 21** A exploração de mão-de-obra escrava em uma propriedade rural não gera, por si só, a possibilidade de desapropriação por descumprimento da função social do imóvel.
- 22** O estabelecimento de índices de produtividade é um critério legítimo para se aferir o cumprimento da função social do imóvel rural.

Com relação aos sistemas de controle jurisdicional da administração pública, julgue os próximos itens.

- 23** No Brasil, sempre se afastou a idéia de coexistência de uma justiça administrativa e de uma justiça praticada com exclusividade pelo poder judiciário, razão pela qual é adotado, no país, o sistema contencioso.
- 24** Classificar um sistema de controle jurisdicional da administração pública como sistema contencioso ou sistema de jurisdição única não implica afirmar a exclusividade da jurisdição comum ou da especial, mas a predominância de uma delas.

Julgue os itens seguintes, relativos à prescrição administrativa.

- 25** Na expressão “prescrição administrativa”, o termo “prescrição” tem sentido técnico idêntico ao que lhe confere o direito processual.
- 26** Na falta de uma lei específica fixadora de prazo prescricional, não pode o servidor ou o particular ficar eternamente sujeito à ação da administração, razão pela qual a regra é a prescritibilidade.
- 27** O instituto da prescrição administrativa é uma decorrência do princípio da segurança jurídica.

Há uma certa uniformidade nos padrões de criação das agências reguladoras no Brasil. Acerca dessas agências, julgue os itens subsequentes.

- 28** As agências reguladoras foram criadas com personalidade jurídica de direito privado, com base em um regime especial.
- 29** As agências reguladoras vêm assumindo, no país, funções e poderes tradicionalmente exercidos pela administração indireta.

Com relação a procedimentos administrativos, julgue os próximos itens.

- 30** O procedimento administrativo deve desenvolver-se com confiabilidade, em ambiente de segurança, dentro da legalidade estrita e com vistas à garantia dos direitos dos administrados e dos seus servidores.
- 31** A falta de zelo é incompatível com as exigências do princípio constitucional da eficiência e, por si só, é capaz de tornar nulo um procedimento administrativo.
- 32** Os procedimentos administrativos são inquisitórios e, desse modo, exigem acusado e acusação definidos.

Com relação à Advocacia-Geral da União (AGU), julgue os seguintes itens.

- 33** Não é da competência do advogado-geral da União fixar a interpretação da Constituição e dos demais atos normativos, uniformizando o procedimento dos órgãos e entidades da administração federal, pois esta função é do Supremo Tribunal Federal.
- 34** As atividades de execução da dívida ativa de natureza tributária da União, bem como o assessoramento jurídico no âmbito do Ministério da Fazenda, cabem à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 35** Anteriormente à criação da Procuradoria-Geral Federal, competia aos advogados da União a representação e a assessoria jurídica das entidades da administração federal indireta.
- 36** Ao advogado-geral da União cabe a função de defender, nas ações de inconstitucionalidade, o ato ou texto impugnado, ainda que o Supremo Tribunal Federal já tenha assentado sua inconstitucionalidade em oportunidade anterior, em caso análogo.

Julgue os itens a seguir, relativos ao direito constitucional.

- 37** Dentro da competência comum da União, dos estados e dos municípios para tratar de educação e saúde, pode o estado-membro, por meio de lei, estabelecer requisitos para criação, autorização de funcionamento, avaliação e reconhecimento de cursos de graduação, na área de saúde, das instituições públicas e privadas de educação superior.
- 38** O estado-membro pode, por meio de lei ordinária, estabelecer feriados para todos os efeitos legais, desde que dentro da respectiva unidade da federação.
- 39** Norma constitucional de eficácia limitada é aquela que apresenta aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incide totalmente sobre os interesses a que se refere após uma normatividade ulterior que lhe desenvolva a aplicabilidade.
- 40** As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas em que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos dos conceitos gerais nela enunciados.
- 41** Em caso de recusa à execução de lei federal, a decretação da intervenção federal dependerá de provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do procurador-geral da República.

O Tribunal Regional Federal da 5.<sup>a</sup> Região, no final do ano de 2004, baixou a resolução de número XX, que traz duas previsões. A primeira previsão equipara a não-inclusão no orçamento da verba necessária à satisfação de precatórios judiciais e o pagamento a menor, sem a devida atualização ou fora do prazo legal, à preterição do direito de precedência dos precatórios judiciais. A segunda previsão define o pagamento de obrigações que não ultrapassem o valor de R\$ 80.000,00 como dívida de pequeno valor. No exercício de suas funções, o procurador federal deparou-se com uma execução em que o referido tribunal tinha autorizado o seqüestro de verba de fundação pública federal.

Considerando a situação hipotética acima, julgue, à luz do direito constitucional, os seguintes itens.

- 42 Na hipótese em questão, a previsão que equipara a não-inclusão no orçamento à preterição do direito de precedência dos precatórios judiciais enseja a determinação de seqüestro, nos termos da Constituição, das verbas públicas necessárias ao adimplemento do débito.
- 43 Caso o Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, já tenha reconhecido a inconstitucionalidade de norma de teor análogo ao da resolução mencionada, poderá o procurador federal ajuizar reclamação diretamente no STF, para assegurar a autoridade da decisão já proferida mesmo que referente a ato normativo diverso do objeto da reclamação.
- 44 A definição do que seja dívida de pequeno valor, para autorizar regime de execução diverso do precatório judicial, é matéria que observa reserva legal estrita.

Com relação ao direito constitucional, julgue os itens seguintes.

- 45 A revogação de lei atacada por ação direta de inconstitucionalidade não prejudica a apreciação do pedido de inconstitucionalidade, uma vez que, durante o tempo de vigência, a lei apontada como inconstitucional pode ter surtido efeitos jurídicos.
- 46 O *habeas corpus*, por consubstanciar garantia constitucional, goza de liberdade de forma, de modo que se admite sua impetração até mesmo por meio de petição apócrifa.
- 47 Não há interesse de agir, a permitir o manejo do *habeas data*, se o impetrante não demonstrar que houve recusa da autoridade administrativa correspondente.
- 48 O Supremo Tribunal Federal tem utilizado a declaração de inconstitucionalidade parcial, sem redução do texto, como instrumento decisório para atingir uma interpretação conforme a Constituição, de sorte a salvar a constitucionalidade de lei ou ato normativo sem, contudo, alterar seu texto.
- 49 A declaração final de inconstitucionalidade de lei em sede de controle abstrato de constitucionalidade tem por consequência o efeito repristinatório da norma revogada pelo diploma tido por inconstitucional.

Ainda com relação ao direito constitucional, julgue os itens seguintes.

- 50 A imunidade tributária assegurada aos templos de qualquer culto não abrange os imóveis de sua propriedade que se encontrem alugados.
- 51 As prerrogativas da autonomia funcional, administrativa e financeira revelam-se compatíveis com a carreira da advocacia pública, na medida em que esta permite que seus membros atuem consoante sua consciência jurídica, sem ingerências indevidas da chefia política do Poder Executivo.
- 52 A revogação de uma medida provisória por outra subtrai, de imediato, ao Congresso Nacional o exame da matéria contida na medida provisória revogada, ainda que não tenha ocorrido o transcurso do prazo para a apreciação pela casa legislativa.
- 53 A revogação do ato administrativo, por motivo de conveniência ou oportunidade, independe da consideração de direitos adquiridos havidos na vigência do ato revogado ou, mesmo, de apreciação judicial.
- 54 Em face do princípio da legalidade, pode a administração pública, enquanto não concluído e homologado o concurso público, alterar as condições do certame constantes do respectivo edital, para adaptá-las à nova legislação aplicável à espécie, visto que, antes do provimento do cargo, o candidato tem mera expectativa de direito à nomeação ou, se for o caso, à participação na segunda etapa do processo seletivo.
- 55 Os direitos fundamentais de segunda geração são aqueles que traduzem liberdades positivas, reais ou concretas, de sorte a materializar o princípio da igualdade; ao passo que os direitos de terceira geração materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagrando o princípio da solidariedade.
- 56 Acerca da soberania brasileira e da imunidade diplomática, já decidiu o STF que a imunidade inibe a justiça brasileira de exercer jurisdição nos processos de conhecimento instaurados contra Estados estrangeiros nas hipóteses de não-observância de normas brasileiras de direito trabalhista.
- 57 Segundo o STF, a forma de composição do Conselho Nacional de Justiça, em que é permitida a participação de pessoas estranhas aos quadros do Poder Judiciário, vulnera o princípio constitucional da separação de poderes.
- 58 Admite-se que o estado-membro preveja em sua Constituição a edição de medidas provisórias, pelo governador do estado, por simetria ao modelo federal, desde que sejam observadas as regras básicas do processo legislativo previsto na Constituição Federal.
- 59 A limitação de idade para a inscrição em concurso público evidencia flagrante inconstitucionalidade, pois veicula discriminação abusiva em virtude da vedação constitucional de diferença de critério de admissão por motivo de idade, salvo se tal limitação justificar-se pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- 60 A entidade de classe ou a associação tem legitimidade para, em nome próprio, impetrar mandado de segurança coletivo, atuando na qualidade de substituto processual, por tratar-se de hipótese de legitimação extraordinária.

Acerca do direito constitucional, julgue os itens que se seguem.

- 61** O presidente da República pode, por meio de decreto, extinguir cargos públicos que estejam vagos.
- 62** É inviável o manejo de ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo anterior à Constituição vigente, salvo se ainda sobrevier efeito do diploma jurídico.
- 63** Considerado o perfil objetivo do controle abstrato de constitucionalidade, não se aplicam os institutos do impedimento e da suspeição aos ministros do STF que venham a processar e julgar ação declaratória de constitucionalidade e ação direta de inconstitucionalidade.
- 64** O presidente da República não goza de imunidade penal para os crimes não-funcionais praticados no exercício do mandato, mas não poderá sofrer persecução penal por esses crimes enquanto durar seu mandato.
- 65** O presidente da República, relativamente aos crimes praticados no exercício da função, poderá sofrer persecução penal perante o Senado Federal, desde que haja previamente a licença conferida pela Câmara dos Deputados.
- 66** É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.
- 67** O servidor público ocupante de cargo efetivo pode ser exonerado *ad nutum*, desde que a administração declare por ato administrativo a desnecessidade do cargo.
- 68** Compete ao Senado Federal processar e julgar o advogado-geral da União por crime de responsabilidade, ainda que ele venha a praticá-lo em conexão com crime de responsabilidade do presidente da República.
- 69** A exigência constitucional de reserva de vagas para portadores de deficiência em concurso público pode ser afastada se o percentual legalmente previsto for inferior a um, hipótese em que a fração deve ser desconsiderada.
- 70** A garantia do direito adquirido impede a modificação do critério de cálculo da remuneração do servidor público, ainda que tal alteração não implique redução dos vencimentos.
- 71** A vedação constitucional de acumulação de cargos públicos estende-se aos ocupantes de cargos ou empregos públicos de empresas públicas e entidades autárquicas, mas não alcança os ocupantes de cargos ou empregos de sociedade de economia mista.
- 72** Quando o STF apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, o advogado-geral da União deverá ser previamente citado, para defender o ato ou texto impugnado, e não poderá manifestar-se no sentido da inconstitucionalidade do diploma legal, ainda que sobre o tema já tenha o STF fixado entendimento.

Com base na Constituição Federal, no tocante às finanças públicas, julgue os próximos itens.

- 73** O Banco Central somente poderá conceder empréstimos ao Tesouro Nacional com autorização expressa do Senado Federal.
- 74** O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais serão estabelecidos por lei de iniciativa do Congresso Nacional.
- 75** A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e os órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e as fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- 76** Qualquer investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro somente poderá ser iniciado com autorização do Congresso Nacional, sob pena de crime de responsabilidade.
- 77** A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, podendo ocorrer via medida provisória, dada a urgência da situação.

A respeito do direito financeiro e econômico, considerando a legislação vigente e a doutrina dominante, julgue os itens subsequentes.

- 78** Para efeitos de prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica (atividade estatal antitruste), a empresa estrangeira será notificada e intimada de todos os atos processuais, independentemente de procuração ou de disposição contratual ou estatutária, na pessoa do responsável por sua filial, agência, sucursal, estabelecimento ou escritório instalado no Brasil.
- 79** Uma forma de intervenção do Estado no domínio econômico, constitucionalmente prevista, é que as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
- 80** As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, mas incidirão sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.
- 81** O empréstimo compulsório é uma espécie de crédito público, que é instituído por lei complementar, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou de sua iminência.
- 82** A Constituição Federal estabelece um regime peculiar de tramitação do projeto de lei orçamentária sem, contudo, exigir *quorum* qualificado para sua aprovação, portanto, é correto concluir que a natureza da lei orçamentária é de lei ordinária.
- 83** O princípio da universalidade do orçamento prevê que todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- 84** Tributo é receita originária, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e as contribuições, nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

Tributo é certa quantia em dinheiro que os contribuintes (pessoas físicas ou jurídicas) são obrigados a pagar ao Estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) quando praticam certos fatos geradores previstos pelas leis tributárias. Considerando essa afirmação e com base na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional, relativa às normas de direito tributário, julgue os itens seguintes.

- 85** Em território federal, os impostos estaduais e municipais serão sempre de competência da União.
- 86** A vedação constitucional para que os entes tributantes não possam cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, que é a regra, retrata exatamente o princípio tributário da anualidade.
- 87** Dos impostos de competência da União, já instituídos, somente o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e o Imposto de Renda e Proventos de qualquer natureza não são extrafiscais.
- 88** De acordo com a doutrina, a isenção heterônoma é aquela que ocorre quando a União institui isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o que constitui, em regra geral, uma vedação constitucional.
- 89** No Sistema Tributário Nacional, para efeitos didáticos, os tributos são divididos em duas classes: tributos que têm natureza de impostos, ou seja, não vinculados a uma contraprestação estatal e tributos que têm natureza de taxa, composta pelos tributos vinculados a uma contraprestação estatal.

Os tributos são compreendidos por meio do seu fato gerador, da obrigação tributária, do lançamento e do crédito tributário, entre outros elementos importantes. Com base no Código Tributário Nacional, na Constituição Federal e na legislação tributária, julgue os itens a seguir.

- 90** A obrigação tributária principal nasce com o lançamento e extingue-se com o crédito tributário dela decorrente.
- 91** A prescrição da ação para a cobrança do crédito tributário ocorre, como regra, em cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador do tributo.
- 92** Havendo a decadência do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário, não poderá ela proceder ao lançamento referente àquele tributo decaído.
- 93** A capacidade tributária passiva requer da pessoa jurídica a sua regularidade, ou seja, que possua personalidade jurídica, e da pessoa física, a sua capacidade civil.
- 94** A regra é que as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos podem ser opostas à Fazenda Pública, desde que estejam (convenções ou contratos) registrados em cartório competente para que tenham validade perante terceiros.
- 95** Todo tributo é uma obrigação tributária principal, mas nem toda obrigação tributária principal é um tributo.

Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário e outras características legais do direito tributário e dos tributos, julgue os seguintes itens.

- 96** Suspende a exigibilidade do crédito tributário a concessão de medida liminar tanto em mandado de segurança, quanto a concessão de medida liminar, ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.
- 97** O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- 98** O crédito tributário regularmente inscrito na dívida ativa goza de presunção absoluta de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- 99** Excluem o crédito tributário tanto a anistia quanto a isenção, sendo que a anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- 100** Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com o mesmo sujeito ativo, a autoridade administrativa receberá em primeiro lugar as contribuições de melhoria, depois as taxas e por fim os impostos, na ordem crescente dos prazos de prescrição e na ordem decrescente dos montantes.

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), julgue os seguintes itens.

- 101** Os programas de pós-graduação compreendem o mestrado, o doutorado, a especialização e o aperfeiçoamento sequencial continuado.
- 102** Cabe aos sistemas de ensino assegurar aos educandos portadores de necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, bem como professores com especialização adequada.
- 103** Como instituições pluridisciplinares voltadas para a formação dos quadros profissionais de nível superior, bem como para a pesquisa, a extensão e o cultivo do saber humano, as universidades caracterizam-se pela sua produção intelectual — institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, do ponto de vista tanto científico e cultural, quanto regional e nacional —, e por possuírem, obrigatoriamente, um terço do corpo docente com titulação acadêmica em nível de mestrado ou de doutorado.
- 104** As universidades podem criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior desde que autorizados por comissão de auditores curriculares nomeada pelo MEC.
- 105** São atribuições asseguradas a todas as instituições de ensino superior a fixação do currículo dos seus cursos e programas, bem como o estabelecimento de planos, programas e projetos de pesquisa científica, condicionados, os dois últimos, ao credenciamento no Ministério da Ciência e Tecnologia.
- 106** A liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, bem como a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola são princípios que formam as bases sobre as quais o ensino será ministrado.
- 107** São finalidades da educação superior: o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, bem como a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, entre outras.

Ainda à luz da LDB, julgue os seguintes itens.

- 108** A educação a distância gozará de tratamento diferenciado no que tange aos custos de transmissão e à concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas, bem como no que se refere aos custos de expedição e registro de diplomas e certificados.
- 109** O acesso ao ensino obrigatório e gratuito constitui-se como direito subjetivo público, o que implica a responsabilização da autoridade competente quando observado o seu não-oferecimento pelo poder público.
- 110** A definição das normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância, bem como a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, não podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

Relativamente aos benefícios e aos beneficiários da Previdência Social, julgue os itens a seguir.

- 111** A recente alteração na expectativa de vida dos brasileiros, conforme cálculo promovido pelo IBGE, influencia diretamente o valor calculado dos benefícios pagos pela Previdência Social, o que gera, entre outros efeitos, a necessidade de os trabalhadores estenderem um pouco mais o período de atividade a fim de receberem um benefício de valor equivalente ao que receberiam caso fosse mantida a expectativa de vida anterior.
- 112** Um vereador de um município que não tenha regime próprio de Previdência Social organizado é segurado obrigatório do regime previdenciário geral, na qualidade de empregado.
- 113** Considere a seguinte situação hipotética.  
Cláudio trabalha em uma indústria de produtos químicos e exerce sua atividade em condições especiais, consideradas prejudiciais à saúde.  
Nessa situação, para ter direito ao benefício da aposentadoria com menor tempo de contribuição, Cláudio deverá comprovar exposição permanente, isto é, não ocasional nem intermitente, aos agentes nocivos.
- 114** A fim de promover a inclusão previdenciária, o texto constitucional prevê um sistema especial para todas as pessoas que se dediquem ao trabalho doméstico e que não possuam renda própria.
- 115** Considere a seguinte situação hipotética.  
Cesário é eletricitista e presta serviço de natureza eventual ao supermercado Lua Nova Ltda.  
Nessa situação, a contribuição previdenciária de Cesário, na qualidade de contribuinte individual, deve ser descontada do valor a ser pago a ele a título de remuneração, devendo ser recolhida pela empresa tomadora do serviço juntamente com as demais contribuições a seu cargo.

Julgue os itens que se seguem, acerca da organização e dos princípios da seguridade social e do sistema de custeio do Regime Geral de Previdência Social.

- 116** Para efeito de cálculo da contribuição previdenciária, o salário pago em forma de utilidade é usado apenas em relação à parte sob responsabilidade dos empregadores, devendo ser excluído da cota dos empregados em razão de não compor o cálculo dos benefícios.
- 117** Os planos de serviços e benefícios da seguridade social relacionados aos serviços de saúde devem ser elaborados pelo legislador de tal forma a garantir que apenas os que realmente necessitam da proteção estatal a eles tenham acesso.

Ainda a respeito da organização e dos princípios da seguridade social e do sistema de custeio do Regime Geral de Previdência Social, julgue os itens que se seguem.

- 118** A Secretaria da Receita Federal é competente para arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados empregados pelas empresas.
- 119** O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios é alcançado, entre outras medidas, mediante a aplicação do índice de reajuste concedido anualmente ao salário mínimo, de maneira uniforme a todos os benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social.
- 120** A depender das condições econômicas do país, a legislação vigente permite a substituição gradual das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários pela contribuição incidente sobre a receita ou faturamento das empresas.

## GRUPO II

Em relação ao direito agrário, julgue os próximos itens.

- 121** De acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas as populações indígenas, o direito à posse das terras que ocupam ou que lhes são atribuídas constitucionalmente encontra-se condicionado às disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que as possuem e as cultivam.
- 122** A política fundiária deve ser entendida como um conjunto de providências de amparo à propriedade da terra destinadas a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, tanto no sentido de garantir o pleno emprego, quanto de harmonizá-las com o processo de industrialização e desenvolvimento do país.
- 123** O direito de propriedade e a posse da terra rural são institutos básicos de direito agrário.
- 124** As operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária serão isentas de impostos federais e estaduais, cabendo, tão-somente, nesses casos, os impostos municipais.
- 125** Determinados tipos de propriedade formam um núcleo inacessível à reforma agrária, sendo, portanto, insuscetíveis de desapropriação. Nessa categoria encontram-se a pequena e a média propriedade rural, desde que o proprietário não possua outra, e a propriedade produtiva — assim definida por ser explorada econômica e racionalmente, atingindo, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.
- 126** Entende-se por política agrícola o conjunto de medidas que objetivam promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e de uso.
- 127** Considera-se reforma agrária o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que, no interesse da economia rural, se destinem a atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.
- 128** Sem que sejam mantidos níveis satisfatórios de produtividade e sem que seja assegurada a conservação dos recursos naturais, a propriedade da terra não desempenha integralmente a sua função social.
- 129** É facultado ao poder público estimular planos para a racional utilização da propriedade da terra, promovendo-se a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.
- 130** É dever do poder público promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra.

No âmbito doutrinário, ainda inexistia uma sistematização uniforme do direito ambiental brasileiro. Assim, a interpretação do direito ambiental sofre variações a depender da visão desenvolvida por cada autor. No entanto, é possível identificar princípios fundamentais que caracterizam o direito do ambiente e que são alvos da preocupação dos mais diversos doutrinadores nacionais. Acerca dos princípios do direito ambiental, julgue os itens que se seguem.

- 131** O princípio da prevenção obriga que as atuações com efeitos sobre o meio ambiente devam ser consideradas de forma antecipada, visando-se à redução ou eliminação das causas que podem alterar a qualidade do ambiente.
- 132** O princípio do poluidor pagador impõe ao poluidor a obrigação de recuperar e(ou) indenizar os danos causados por sua atividade e, ao consumidor, a obrigação de contribuir pela utilização dos recursos ambientais.
- 133** O princípio da precaução determina que não se podem produzir intervenções no meio ambiente antes que as incertezas científicas sejam equacionadas de modo que a intervenção não seja adversa ao meio ambiente.

Com respeito ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), julgue os itens que se seguem.

- 134** O IBAMA tem a finalidade de assessorar o Ministério do Meio Ambiente na formação e na coordenação da política nacional do meio ambiente, além de executar e fazer cumprir a política nacional do meio ambiente.
- 135** O IBAMA é uma fundação pública dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia financeira e administrativa.

Diferentemente do que ocorre na maioria dos países, no Brasil, a obrigatoriedade do prévio estudo de impacto ambiental é uma imposição constitucional. Em tese, a situação brasileira é muito mais segura juridicamente que aquela desfrutada por outras nações. Ocorre que a experiência jurídica brasileira demonstra que o estudo de impacto ambiental, muitas vezes, é visto como um empecilho ao desenvolvimento econômico e social; um instrumento desmobilizador do progresso. O número de derrogações e de dispensas da realização de estudos de impacto ambiental torna-se cada vez maior. Até mesmo em sede legal, são criados mecanismos para que se possa dispensar a realização desses estudos.

Paulo de Bessa Antunes. *Direito ambiental*, 6.ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, acerca do estudo de impacto ambiental e da administração pública.

- 136** Em virtude do princípio administrativo da presunção de legitimidade, a administração pública, na execução direta de obras, é dispensada da realização prévia de estudo de impacto ambiental.
- 137** A exigência pelo poder público da realização do estudo de impacto ambiental é exercício do poder discricionário do Estado no processo de licenciamento ambiental.
- 138** A exigência pela administração pública da realização de estudos de impacto ambiental para o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras configura exercício de poder de polícia.

Acerca das unidades de conservação, julgue os itens a seguir.

- 139** Há uma subdivisão das unidades de conservação em unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. Os parques nacionais compõem este último grupo.
- 140** As unidades de conservação são espaços territoriais de propriedade pública destinados ao estudo e à preservação de ecossistemas.

Acerca do inadimplemento de obrigações, julgue os itens a seguir.

- 141** Considere que foi firmado contrato no qual as partes convencionaram cláusula penal compensatória, e que ocorreu o inadimplemento parcial da obrigação por um dos contratantes. Nessa situação, poderá o outro contratante exigir o cumprimento obrigacional ou, alternativamente, o pagamento da pena convencional fixada, acrescida da indenização decorrente dos danos advindos da inexecução obrigacional.
- 142** Considere que foi firmado contrato de compra e venda de bem imóvel, sem cláusula de arrependimento, em que foram prestadas arras, tendo, posteriormente, ocorrido a resolução em face da inadimplência do comprador. Nesse caso, o imóvel deve ser restituído ao vendedor, devendo este devolver o sinal e o princípio de pagamento, com juros e correção monetária, pois na espécie não houve arrependimento do comprador, e, portanto, não incide a penalidade prevista nas arras penitenciais.
- 143** No caso de inadimplemento parcial da obrigação, ainda que a prestação pactuada tenha sido substancialmente satisfeita pelo devedor, pode o credor exercer o direito de rescisão do contrato, alegando violação positiva do contrato ou do crédito.
- 144** A obrigação de pagamento dos juros moratórios, em virtude do retardamento no cumprimento da obrigação, independe da alegação de prejuízo. Os juros de mora contam-se a partir do vencimento, se a obrigação em dinheiro é líquida e vincula-se a termo final.
- 145** Se os juros de mora não cobrirem suficientemente o prejuízo experimentado e sempre que, cumulativamente, não estiver prevista, na obrigação inadimplida, pena convencional, o juiz, no caso concreto, poderá conceder ao credor prejudicado indenização suplementar para a restituição do patrimônio do credor ao *status quo ante*.

Julgue os itens subseqüentes, que versam acerca das pessoas naturais e jurídicas.

- 146** A legislação civil assegura a indenização por danos morais por violação do direito de personalidade não só em favor da pessoa natural, mas também da pessoa jurídica. Porém, como não se asseguram à pessoa jurídica os direitos subjetivos da personalidade, admite-se, tão-somente, a ofensa à chamada honra objetiva, que tem repercussão exclusivamente patrimonial, por atingir seus resultados econômicos. Portanto, entre as pessoas jurídicas, somente aquelas com finalidade lucrativa têm direito a indenização por danos morais.
- 147** O pródigo é relativamente incapaz e tem possibilidade de manifestar sua vontade para prática de atos que extrapolem a mera administração, desde que seja devidamente representado por seu responsável legal. Todos os demais atos da vida poderão, por ele, ser validamente praticados, pois a interdição do pródigo acarreta apenas a privação de atos que possam comprometer o seu patrimônio.

Acerca dos fatos jurídicos, julgue os itens que se seguem.

- 148** Caracteriza negócio lesivo, ensejando sua rescisão ou, para evitá-la, a exigência de complementação do preço, a situação em que ocorre a desproporção entre as prestações de um negócio jurídico no decorrer da avença, oriunda do aproveitamento, por uma das partes contratantes, da situação de inferioridade em que se encontra a outra parte.
- 149** Para que exista a prescrição, é necessária a existência de pretensão a ser exercida, a inércia continuada do titular pelo prazo fixado em lei, e a ausência de causas que impeçam o transcurso do lapso temporal. A reunião desses requisitos faz nascer a prescrição, mas não causa de imediato a extinção da pretensão, uma vez que esta apenas será aniquilada com a oposição da prescrição pelo devedor.
- 150** No negócio jurídico, a vontade deve corresponder à declaração, a qual é mera exteriorização da vontade subjetiva do agente. Assim, havendo divergência entre a vontade e a declaração, o negócio jurídico é nulo, mesmo quando o destinatário desconhece a verdadeira intenção da outra parte, a qual permanece em reserva mental.

Acerca da responsabilidade extracontratual do Estado, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os seguintes itens.

- 151** A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado concessionárias do serviço público de transporte coletivo é objetiva relativamente aos usuários do serviço, e subjetiva com relação a pessoas que não ostentam a condição de usuário.
- 152** O homicídio cometido por detento contra outro preso em penitenciária, em virtude de animosidade entre os colegas de carceragem, tem como consequência a responsabilização do Estado, na modalidade subjetiva, desde que reste provada falha da administração ou ato omissivo de seus agentes no dever de zelo pela integridade física do preso.

Julgue os itens subseqüentes, acerca da responsabilidade civil.

- 153** Considere a hipótese em que um condutor de um veículo invade pista contrária para não colidir com outro que intercepta sua trajetória, colidindo, em consequência, com veículo que transitava corretamente na pista invadida. Nessa situação, o mencionado condutor não pratica ato ilícito; entretanto, subsiste o dever de reparar os prejuízos que causou.
- 154** Na hipótese de dano causado por menor impúbere, havendo culpa dos pais por omissão, estes respondem subsidiariamente pelos prejuízos causados pelo filho em detrimento de terceiro, quando o incapaz não dispuser de meios suficientes para efetuar o pagamento. A vítima, em consequência, tem o direito de propor ação ou contra o menor, ou contra os pais do menor.

A respeito dos contratos, julgue os itens a seguir.

- 155** O adquirente de bem em hasta pública não tem as garantias dos vícios redibitórios nem da evicção, pois a natureza processual da arrematação afasta a natureza negocial da compra e venda.
- 156** Como exceção ao princípio da intangibilidade ou inalterabilidade do contrato, admite-se a intervenção judicial nos contratos bilaterais e comutativos, de execução continuada ou diferida, quando ocorrer causa superveniente ao contrato, capaz de gerar mudanças nas condições econômicas sob as quais foi celebrado o contrato, ocasionando onerosidade excessiva, decorrente de evento extraordinário e imprevisível. Assim, ante a impossibilidade de cumprimento obrigacional, pela onerosidade excessiva, pode a parte prejudicada requerer judicialmente a resolução ou o reajuste do contrato.
- 157** É nulo o contrato celebrado de maneira que tenha preterido alguma solenidade que a lei considera essencial para a sua validade. No entanto, o vício ínsito no contrato não ofende o interesse público, mas a segurança das partes envolvidas. Assim, a nulidade pode ser requerida apenas pelas partes contratantes e produz efeitos *ex nunc*, ou seja, o contrato vigorou, produziu efeitos e criou obrigações que não se revogam.
- 158** A procuração em causa própria não encerra conteúdo de mandato, mantendo apenas a aparência de procuração autorizativa de representação. Caracteriza-se como negócio jurídico dispositivo, translativo de direitos, que dispensa prestação de contas, tem caráter irrevogável e confere poderes gerais, no exclusivo interesse do outorgado.

Julgue os próximos itens acerca do direito das coisas.

- 159** Um bem gravado de usufruto vitalício é inalienável e, portanto, impenhorável.
- 160** A hipoteca constitui garantia real de dívida, que não interfere no direito de propriedade. Assim, o bem gravado por hipoteca é passível de penhora, condicionando-se a hasta pública à prévia intimação do credor hipotecário para que, querendo, exerça o direito que provém da mencionada garantia.
- 161** Considere a hipótese de que o proprietário de uma casa em que resida, após vendê-la a terceiro, continua na posse do imóvel, na qualidade de inquilino. Trata-se, no caso, de composses, ou seja, posse comum sobre o mesmo bem, exercida concomitantemente por duas pessoas: o possuidor antigo passa a ser possuidor direto, enquanto o novo proprietário investe-se da posse indireta.
- 162** A posse, em nosso sistema jurídico, como regra, não exige o *animus domini*, ou intenção de ser dono, e também não exige o poder físico sobre a coisa.

O cheque, a nota promissória, a duplicata e a letra de câmbio são os títulos de créditos mais conhecidos no Brasil. Todos esses são títulos executivos extrajudiciais, uma vez atendidos os requisitos da lei e desde que não estejam prescritos. Com base na legislação vigente, julgue os próximos itens acerca dos títulos de crédito.

- 163** A nota promissória é uma promessa de pagamento que pode ser passada à vista, a dia certo e a tempo certo da data, mas não pode ser passada a tempo certo da vista, porque não lhe é cabível o aceite.
- 164** O pagamento de título de crédito que contenha obrigação de pagar soma determinada pode ser garantido por aval. Sendo casado o avalista, haverá a obrigatoriedade da outorga conjugal.
- 165** O aceite no cheque poderá ser dado tanto pelo emitente (titular da conta bancária), quanto por procurador legalmente constituído.
- 166** A letra de câmbio é uma ordem de pagamento que pode ser sacada à ordem do próprio sacador, por ordem e conta de terceiro e também, sobre o próprio sacador. Neste último caso, sacado e sacador seriam as mesmas pessoas.
- 167** O protesto de uma duplicata não devolvida pode ser feito por meio da extração da triplicata, que terá o mesmo efeito e requisito e obedecerá às mesmas formalidades daquela.

Julgue os itens seguintes, com base nos princípios gerais do direito comercial, na legislação em vigor e na doutrina dominante.

- 168** O pedido de recuperação judicial, conforme a nova Lei de Falências — Lei n.º 11.101/2005 — poderá ser requerido pelo devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de cinco anos, no mínimo, e, entre outros requisitos, não tenha, no prazo de cinco anos, obtido concessão de recuperação judicial.
- 169** Conforme a Lei de Propriedade Industrial brasileira — Lei n.º 9.279/1996 — são suscetíveis de registro como marca os sinais distintivos não compreendidos nas proibições legais, aqui abrangidas as marcas nominativas, as figurativas, as mistas e as sonoras.
- 170** O seguro é um contrato de adesão, ao qual pode ser aplicado o contido no Código Civil de 2002, ou no Código de Defesa do Consumidor, caso o segurado seja consumidor, de forma que as cláusulas ambíguas ou contraditórias sejam interpretadas em favor do segurado (ou terceiro beneficiado), sendo nulas as cláusulas de renúncia a direitos próprios do contrato.
- 171** O Código de Processo Civil traz a relação dos títulos executivos extrajudiciais. Entre eles, está a debênture, que é um título emitido pelas companhias e que poderá, conforme dispuser a escritura de emissão, ter garantia real ou garantia fluante.
- 172** Na operação de desconto bancário, há uma cessão *pro solvendo*, na qual o cedente, embora transfira o crédito para o banco (cessionário), continua responsável pela solvência deste.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, com base no Direito do Trabalho e no Direito Processual do Trabalho.

- 173** Pedro foi contratado para o cargo de auxiliar de escritório, por dada pessoa jurídica, em 22/4/2000. João foi contratado para o mesmo cargo, pelo mesmo empregador, em 14/11/2004. Ambos trabalham no mesmo estabelecimento empresarial e desempenham suas funções com a mesma produtividade e perfeição técnica. Pedro recebe R\$ 1.200,00 de remuneração, enquanto João, apenas R\$ 700,00. Nessa situação, nos termos da legislação de regência, João não tem direito a equiparação salarial.
- 174** O regulamento da pessoa jurídica Delta estabelece em uma de suas cláusulas que seus empregados terão direito ao recebimento de adicional, equivalente a 10% da remuneração contratada, a título de auxílio alimentação. Nessa situação, por ser ato unilateral, a modificação do regulamento é direito do empregador, que poderá revogar essa vantagem a qualquer tempo, atingindo todos os empregados, independentemente da data de admissão.
- 175** Fernando, empregado da empresa Nanotech, foi condenado pelo crime de desobediência, em sentença transitada em julgado, por não ter comparecido à audiência judicial para a qual fora intimado. O magistrado, na dosimetria da pena, puniu Fernando com 45 dias de detenção, substituindo-a por pena restritiva de direitos. Nessa situação, com base na legislação aplicável, esse fato não constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho existente entre a Nanotech e Fernando.
- 176** Luís, empregado da pessoa jurídica Esfinge Engenharia, recebeu aviso prévio, em 30/1/2005. Todavia, antes de expirado o prazo do aviso, a empregadora reconsiderou o ato, manifestando sua intenção de não mais rescindir o contrato individual de trabalho. Nessa situação, o contrato de trabalho continuará em vigor, independentemente da aceitação de Luís, em virtude da natureza meramente receptícia do ato de reconsideração.
- 177** José foi contratado para trabalhar no período noturno. Nessa situação, deve optar entre o adicional de serviço noturno ou o cômputo diferenciado da hora noturna, uma vez que não é possível, de acordo com a legislação vigente, a cumulação das duas vantagens.
- 178** A pessoa jurídica Alfa Participações S.A. possui 90% do controle acionário das pessoas jurídicas Beta Investimentos Imobiliários Ltda. e Gama Construtora e Incorporadora Ltda. Antônio, empregado da empresa Gama, teve seu contrato individual de trabalho rescindido, sem, contudo, receber as verbas pertinentes. Nessa situação, Antônio poderá ajuizar reclamação trabalhista em desfavor das três pessoas jurídicas, ou de qualquer uma delas individualmente, em virtude de serem solidariamente responsáveis.
- 179** Todos os empregados de determinada pessoa jurídica recebem, para o desempenho de suas atividades, vestuário e equipamentos adequados, os quais devem ser utilizados no local de trabalho. Nessa situação, tais utilidades, nos termos da legislação vigente, são consideradas prestações *in natura* integrantes do salário, para todos os efeitos.

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, com base no Direito do Trabalho e no Direito Processual do Trabalho.

- 180** Flávia foi contratada por certa pessoa jurídica, para trabalhar na sede da contratante. Após um ano e seis meses de efetivo exercício, Flávia foi transferida para uma filial de sua empregadora, situada na capital de outro estado. Nessa situação, serão competentes para dirimir quaisquer controvérsias oriundas dessa relação de emprego as Varas do Trabalho da circunscrição em que se localiza a filial.
- 181** Flávio ajuizou reclamação trabalhista, em 20/11/2005, contra seu antigo empregador. Em seu pedido, requereu a condenação da reclamada ao pagamento de verbas rescisórias no valor total de R\$ 11.354,90. Nessa situação, durante a audiência de instrução, cada parte poderá apresentar, no máximo, duas testemunhas.
- 182** O sindicato de determinada categoria profissional, verificando diversidade de entendimentos na aplicação de norma legal preexistente, criada especificamente para regulamentar relação coletiva de trabalho dessa mesma categoria, requer à justiça do trabalho que profira sentença declaratória para sanar a divergência quanto ao exato alcance da norma quanto aos seus efeitos jurídicos. Nessa situação, é possível concluir que o dissídio que se origina dessa relação processual é coletivo de natureza jurídica.
- 183** Em audiência de instrução, o juiz do trabalho indeferiu pedido de produção de prova testemunhal, feito pela reclamada, com base na assertiva de que os elementos dos autos já transmitiam convicção suficiente para a formação de convencimento. Nessa situação, a não arguição de nulidade, por cerceamento de defesa, durante as razões finais, não gera preclusão para a reclamada, pois o momento oportuno para discussão dessa matéria é o recurso ordinário.
- 184** Maria, empregada de determinada pessoa jurídica, deu à luz, no dia 10/9/2005. Terminado o licenciamento compulsório, Maria retornou às suas atividades. Em 14/12/2005, Maria foi despedida sem justa causa por seu empregador. Nessa situação, é ilegítima a rescisão do contrato de trabalho de Maria.
- 185** Henrique foi contratado por uma empresa revendedora de veículos para a função de vendedor. Nos termos do contrato individual de trabalho, Henrique recebe, a título de remuneração, percentual do valor total das vendas efetuadas no mês. Nessa situação, para o cálculo das férias de Henrique, deve ser apurada a média dos salários percebidos nos últimos 12 meses que antecederam a concessão.

Considere os seguintes valores para fins de depósito recursal: R\$ 4.678,13 para o recurso ordinário; R\$ 9.356,25 para o recurso de revista. Com base nessas informações, julgue o item a seguir.

- 186** O empregador X foi condenado, em primeira instância, ao pagamento de R\$ 12.500,00 a título de verbas rescisórias. Para a interposição do recurso ordinário, a reclamada teve de efetuar o depósito recursal no valor de R\$ 4.678,13. A sentença do juízo *a quo* foi mantida pelo acórdão regional. Não se conformando, o empregador interpôs recurso de revista. Nessa situação, o valor do segundo depósito recursal deverá ser de R\$ 7.821,87.

Com base no Direito do Trabalho e no Direito Processual do Trabalho, julgue os itens subsequentes.

- 187** A remuneração devida em virtude do repouso obrigatório não tem natureza salarial, por faltar-lhe a comutatividade inerente ao contrato individual de trabalho. Assim, inexistente serviço prestado que dê suporte à contraprestação paga pelo empregador. Com base nessa assertiva, o ordenamento jurídico pátrio estabelece que a remuneração dos dias de repouso obrigatório, tanto os do repouso semanal como aqueles correspondentes aos feriados, não integra o salário.
- 188** A utilização de equipamentos de proteção individual pelo trabalhador, que leve à eliminação da insalubridade pela diminuição da intensidade do agente agressivo aos limites de tolerância, não cessa o direito do empregado ao recebimento do adicional de insalubridade, em razão de sua exposição potencial.
- 189** A única hipótese em que é permitida a representação do empregador, em audiência, por preposto que não seja empregado é quando, comprovadamente, tratar-se de pessoa jurídica que esteja inativa.
- 190** Poderá a parte executada, desde que garantido o juízo, embargar a execução fundada em título judicial, alegando toda matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa, durante a fase cognitiva trabalhista.

## Audiências na Corte Interamericana de Direitos Humanos relacionadas ao Brasil

Nos próximos dias 30 de novembro e 1.º de dezembro, será realizada em São José da Costa Rica, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, audiência sobre o caso Damião Ximenes Lopes, portador de sofrimento psíquico, falecido em 4 de outubro de 1999, em clínica privada conveniada ao Sistema Único de Saúde, no município de Sobral, estado do Ceará.

Trata-se do primeiro caso relacionado ao Brasil a ser julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos desde o reconhecimento brasileiro da jurisdição obrigatória da Corte, em dezembro de 1998. Anteriormente, a Corte havia decidido apenas pedidos de medidas provisórias, de natureza cautelar.

A delegação brasileira, durante sua participação na audiência, exporá o andamento dos processos judiciais relativos à morte de Damião Ximenes Lopes e os vários avanços ocorridos no sistema de atenção à saúde mental no país, que passou a enfatizar os direitos humanos dos portadores de transtornos mentais e sua não-internação, especialmente após a aprovação e implementação da Lei n.º 10.216/2001. O município de Sobral, onde ocorreram os fatos, é atualmente referência nacional em políticas de saúde mental. A Rede Integral de Saúde Mental de Sobral recebeu, em 2001, o Prêmio David Capistrano da Costa Filho de Experiências Exitosas na Área de Saúde Mental e, em outubro deste ano, o Prêmio de Inclusão Social – Saúde Mental.

### Medidas provisórias do complexo do Tatuapé da FEBEM/SP

No dia 17 de novembro, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou, por solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, medidas provisórias em favor dos adolescentes internos no Complexo Tatuapé da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Estado de São Paulo (FEBEM/SP) e convocou o Estado brasileiro para audiência pública sobre as mencionadas medidas no dia 29 do corrente.

Nota n.º 605, de 25/11/2005, do Ministério das Relações Exteriores (com adaptações).

A partir dos textos acima, julgue os itens a seguir.

- 191** No caso do complexo Tatuapé da FEBEM/SP, as supostas vítimas, seus familiares ou seus representantes devidamente acreditados podem apresentar uma solicitação de medidas provisórias diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- 192** No caso Damião Ximenes Lopes, uma eventual exceção preliminar de não-esgotamento de recursos internos deveria ter sido interposta pelo Brasil na fase de admissibilidade da denúncia perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sem o que se presumiria a renúncia tácita, por parte do Estado demandado, a esse meio.
- 193** No caso Damião Ximenes Lopes, a forma federativa do Estado brasileiro não é causa de isenção de responsabilidade internacional do estado do Ceará, o qual deve participar do processo perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos como litisconsorte da União.
- 194** No caso Damião Ximenes Lopes, os familiares ou seus representantes devidamente acreditados podem apresentar suas solicitações, argumentos e provas de forma autônoma, durante todo o processo, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Acerca do costume internacional, julgue os itens subseqüentes.

- 195** Uma regra costumeira internacional pode ser criada por vontade unilateral de um Estado.
- 196** O elemento material do costume internacional revela-se exclusivamente por meio do modo de proceder, necessariamente positivo, ante determinado contexto, ao longo do tempo.
- 197** Os Estados soberanos e as organizações internacionais são sujeitos de direito internacional público reconhecidamente aptos a produzir regras de costume internacional.
- 198** Segundo precedente da Corte Internacional de Justiça, o transcurso de um período de tempo reduzido não é necessariamente, ou não constitui em si mesmo, um impedimento à formação de uma nova norma de direito internacional consuetudinário.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada acerca de nacionalidade e naturalização.

- 199** Nádía, de nacionalidade originária argentina, naturalizou-se brasileira em 1995. Em 2000, o governo argentino pediu ao Brasil a extradição de Nádía para que ela cumprisse pena pelo crime de homicídio cometido em 1998. Nessa situação, Nádía pode ser extraditada pelo Brasil.
- 200** Antônio nasceu na França e é filho de pai sueco e mãe brasileira, que está a serviço da embaixada do Brasil naquele país. Nessa situação, Antônio é considerado brasileiro nato.
- 201** Carlos nasceu no Brasil, sendo filho de pais argentinos que estão a serviço da embaixada uruguaia no Brasil. Nessa situação, Carlos é considerado argentino.
- 202** Daniel, filho de pais estrangeiros, nasceu em navio mercante estrangeiro enquanto este exercia o direito de passagem inocente no mar territorial brasileiro. Nessa situação, Daniel é considerado brasileiro nato.

A respeito da pena de multa e da extinção da punibilidade, julgue os itens a seguir.

- 203** Tratando-se de sentença penal absolutória em razão da inimizabilidade do réu, é cabível a extinção da punibilidade da medida de segurança imposta pela ocorrência da prescrição da pretensão executória, sendo o prazo regulado pelo máximo da pena privativa de liberdade abstratamente cominada ao crime.
- 204** Compete ao juízo da execução penal determinar a intimação do réu condenado ao pagamento da pena de multa em sentença penal transitada em julgado para efetuar o pagamento no decêndio legal. No caso de inadimplência e conforme entendimento do STJ, compete ao Ministério Público promover a execução da pena, em face da atribuição constitucional de titular da ação penal.

Acerca do inquérito policial e da ação penal privada, julgue os itens que se seguem.

- 205** O desconhecimento por parte do querelante de outros envolvidos na conduta tida como delituosa na queixa-crime, impossibilitando a inclusão no pólo passivo, não ofende o princípio da indivisibilidade da ação penal privada e, em consequência, não gera a extinção da punibilidade pela renúncia tácita.
- 206** Arquivado o inquérito policial a requerimento do Ministério Público, devido ao fato de as investigações não apurarem a autoria do suposto crime de ação penal pública incondicionada, é vedado ao magistrado, com parecer contrário do *parquet*, de ofício, reabri-lo e determinar novas diligências.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada concernente à suspensão condicional do processo, bem como aos crimes relativos a licitação, aos crimes de imprensa e contra a administração pública e a fé pública.

**207** Marcelo foi preso em flagrante pela prática do crime de roubo. Ao ser interrogado, para evitar buscas em seus antecedentes criminais, declarou à autoridade policial chamar-se Maurício, assinando o auto de prisão com o nome falso. Nessa situação e de acordo com o entendimento do STJ, Marcelo praticou o crime de falsa identidade.

**208** O subsecretário de planejamento, orçamento e administração de um ministério, agindo conscientemente, autorizou a contratação direta dos serviços de um advogado, por dispensa de licitação, para proferir um curso sobre processo administrativo disciplinar pela importância de R\$ 5.500,00. Na ocasião, o limite para a licitação na modalidade convite, para compras e serviços que não fossem de engenharia, era R\$ 80.000,00. No processo de dispensa, houve justificativa pela escolha do advogado (especialista na matéria), assim como do preço contratado (o menor e compatível com o de mercado). Nessa situação, o subsecretário de planejamento praticou, em tese, crime relativo à licitação (Lei n.º 8.666/1993), por tê-la dispensado.

**209** Um jornalista imputou falsamente a um ator de televisão, em artigo publicado em uma revista periódica de circulação nacional, a prática do crime de estupro. Em face da publicação, o ator ingressou com uma queixa-crime em desfavor do jornalista, imputando-lhe a prática do crime de calúnia, previsto na Lei de Imprensa (Lei n.º 5.250/1967), que comina a tal crime pena mínima de seis meses de detenção. Nessa situação, é permitido ao querelante propor a suspensão condicional do processo.

**210** Um médico, administrador de um hospital particular credenciado ao Sistema Único de Saúde (SUS), exigiu da esposa de um paciente vítima de um infarto do miocárdio e beneficiário do SUS a importância de R\$ 5.000,00 para atendê-lo e interná-lo. Nessa situação, o médico não praticou o delito de concussão, haja vista não ser funcionário público.

A respeito da competência no processo penal e ao processo dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, julgue os próximos itens.

**211** Em crime de responsabilidade afiançável praticado por funcionário público, mesmo instruída a denúncia com o inquérito policial, é indispensável a resposta prévia do réu dentro do prazo de 15 dias, sob pena de nulidade absoluta do processo.

**212** Compete à justiça federal, de acordo com a orientação do STJ, processar e julgar servidor público municipal pela apropriação indevida de verbas públicas federais repassadas à prefeitura por intermédio de convênio, celebrado entre a municipalidade e órgão federal, sendo o servidor o responsável pela fiscalização da correta aplicação dos recursos e pela aprovação da prestação de contas.

Quanto aos recursos no processo penal e ao *habeas corpus*, julgue os itens subseqüentes, consoante o entendimento do STF.

**213** É cabível a impetração de *habeas corpus* quanto à condenação a pena de prestação pecuniária, pela prática de crime cujo processo não seja da competência dos juizados especiais, em face de haver a possibilidade de ofensa ao direito de liberdade do paciente.

**214** Não implica deserção do recurso a fuga do sentenciado ou a ausência de recolhimento deste ao cárcere após a interposição de apelação, em face dos princípios da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição.

No que se refere à prova no direito processual civil brasileiro, julgue os itens a seguir.

**215** O juiz não pode deixar de julgar com base na alegação de que os fatos não restaram provados, exceto no caso das ações coletivas, nas quais o juiz pode deixar de proferir decisão se o autor não comprovar as alegações feitas na inicial.

**216** O processo civil brasileiro adota o chamado sistema do perito único, não podendo o juiz designar mais de um perito para cada tipo de exame.

**217** Em ações que discutem a responsabilidade civil, a teoria do risco pode dispensar a prova direta da culpabilidade, mas nunca a da existência do dano e a do nexo de causalidade.

**218** No direito brasileiro, a livre convicção do juiz pode ser formada a partir de intuições subjetivas próprias acerca da verdade dos fatos alegados pelas partes, já que a finalidade da prova é formar o convencimento judicial, e o juiz é o destinatário da prova.

Em relação às ações coletivas, julgue os itens a seguir.

**219** Em ação civil pública, o PROCON tem capacidade para ser parte, apesar de não possuir personalidade jurídica, mas não possui legitimação ativa para defender interesses individuais homogêneos do consumidor, podendo, apenas, defender interesses coletivos e difusos.

**220** O direito brasileiro abriga ações de tutela ambiental reparatórias, inibitórias e preventivas, que podem ter como réus tanto particulares como o próprio Estado.

**221** Para defender o direito do consumidor contra prática abusiva, o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública, atuando como substituto processual até a decisão final da causa. Em relação à execução, entretanto, é necessária a intervenção concreta e efetiva dos consumidores lesados, os quais deverão fazer prova do *quantum* de seu dano para fins de ressarcimento.

Quanto à sistemática dos recursos no direito processual civil, julgue os itens a seguir.

**222** Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento, somente caberá agravo na forma retida.

**223** Evidencia-se a preclusão, impedindo o conhecimento pelo Tribunal, de alegação de cerceamento de defesa, em razões de apelação, para obter o decreto de nulidade da sentença em virtude de indeferimento de duas perguntas em oitiva de testemunha, se o recorrente não houver interposto agravo retido contra a decisão de indeferimento.

**224** Somente se admite a interposição de agravo de instrumento em casos expressamente previstos na lei processual civil.

**225** Nas hipóteses de inadmissão da apelação, é cabível o agravo de instrumento.

A Súmula n.º 7 do STJ explicita: a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial. No mesmo sentido, o entendimento do STF em relação ao recurso extraordinário. Considerando esses entendimentos, julgue os itens seguintes.

- 226** Não se permite, nos recursos especial e extraordinário, a formação de nova convicção do órgão jurisdicional acerca dos fatos da causa.
- 227** Se uma decisão dispensa o instrumento público diante de ato cuja existência dele depende, há evidente violação de lei federal, apta a ser corrigida mediante recurso especial.
- 228** Não se admite a discussão, em sede de recurso especial, a respeito de a prova oferecida pelo autor da ação monitoria realmente constituir prova escrita.
- 229** Tanto a decisão que admitiu a prova sem conceituá-la como ilícita, quanto a que admitiu a prova ilícita mediante a aplicação da regra da proporcionalidade, como ainda a que não admitiu a prova por considerá-la ilícita podem ser objeto de recurso extraordinário ao STF.
- 230** Sendo defeso ao STJ conhecer de recurso especial por infringência à Carta da República, conclui-se que aquela corte não pode, em recurso especial, declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da lei, seja *ex officio*, seja a pedido da parte.

Em relação aos juizados especiais federais, julgue os itens a seguir.

- 231** Somente podem figurar como partes rés a União, as autarquias, as fundações e as empresas públicas federais. As sociedades de economia mista são demandadas perante a justiça comum, pois estão excluídas do âmbito de competência da Justiça Federal.
- 232** Não se admite que a União ocupe o pólo ativo da demanda e o particular o passivo, salvo nos casos de pedido contraposto.
- 233** Nos juizados especiais federais, a fazenda pública federal mantém o prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, mas não há a remessa obrigatória das decisões contra ela proferidas.
- 234** As sentenças proferidas contra a fazenda pública que importem obrigação de pagar quantia certa, nos juizados especiais federais, serão cumpridas independentemente de precatório.
- 235** Pela sistemática do direito processual civil, a competência fixada em razão do valor da causa é relativa, mas pelo sistema instituído pela Lei n.º 10.259/2001 (Lei dos Juizados Especiais Federais), a competência fixada pelo critério valorativo é absoluta onde houver juizados instalados.

Antes do ajuizamento da demanda, dois ou mais órgãos jurisdicionais podem ser, em abstrato, competentes para o processamento de uma mesma causa; todavia, seja ela proposta perante um deles, desde logo fica determinado, em concreto, o único órgão jurisdicional competente para o seu processamento, com a exclusão de qualquer outro. Por outro lado, há situações em que determinados órgãos são desde logo incompetentes, até mesmo em abstrato, como ocorre, *verbi gratia*, com os órgãos jurisdicionais monocráticos em relação às ações rescisórias e, em regra, também aos recursos, visto que a atribuição da competência aos órgãos colegiados atende, nesses casos, a critério fundado no puro interesse público.

Considerando o texto acima, julgue os itens abaixo a respeito de competência.

- 236** O texto faz referência à competência absoluta em razão da matéria, que é improrrogável e não pode ser derogada pela vontade das partes.
- 237** O texto faz referência à competência funcional do mesmo nível de jurisdição, à *perpetuatio jurisdictionis* e à competência funcional relativamente a graus jurisdicionais diversos.

Em relação a competência, julgue os itens a seguir.

- 238** Os juizados especiais federais não são competentes para julgar mandado de segurança, mas são competentes para julgar ação de improbidade de funcionário público e ações coletivas propostas por associações.
- 239** A expressão “distribuição por dependência” significa que a causa será atribuída a órgão certo e previamente determinado, não ocorrendo distribuição aleatória.

Em relação a participação da fazenda pública no processo civil e considerando-se a instituição de privilégios em seu favor, julgue os itens a seguir.

- 240** A fazenda pública tem prazo em dobro para propositura de ação rescisória e, no que concerne à contestação, é dispensada da obrigatoriedade de impugnação especificada em relação aos fatos alegados pelo autor.
- 241** A fazenda pública tem prazos dilatados para contestar, para recorrer e para responder aos recursos.
- 242** A fazenda pública é dispensada de caução em ação rescisória, mas não do adiantamento de custas.
- 243** Quando a fazenda pública é vencida, não se aplica a regra geral de fixação de honorários advocatícios entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% do valor da condenação.

Em relação à indisponibilidade dos direitos relativos à fazenda pública em juízo, julgue os itens seguintes.

- 244** Apesar de a doutrina e a jurisprudência admitirem o ajuizamento de ação monitoria contra a fazenda pública, o eventual cumprimento do mandado monitorio pela fazenda representa violação ao regime dos precatórios, o que acaba por tornar inútil o ajuizamento desse tipo de ação contra o estado.
- 245** Uma vez instaurado processo judicial tendo por objeto determinada questão entre o particular e o Estado, este não pode mais resolver de forma espontânea e extrajudicial aquela pendência, sendo necessária a decisão judicial de mérito para pôr fim ao litígio.

Em relação ao processo de execução, julgue os itens seguintes.

- 246** O ato executivo é característica fundamental do processo de execução, mas a prática de atos executivos pode ocorrer em outros processos, sem a necessidade de instauração de um processo executivo autônomo, como ocorre com a execução da tutela antecipada.
- 247** O registro é parte integrante da penhora, só se podendo intimar o devedor da penhora após a efetivação do registro.
- 248** Só há necessidade de processo executivo autônomo para as obrigações de fazer ou não fazer quando se tratar de execução fundada em título extrajudicial.
- 249** Na execução fiscal, admite-se a intimação da fazenda pública por carta com aviso de recebimento, pois esta modalidade corresponde a intimação pessoal.
- 250** A orientação do STJ é de que a competência para resolver questões incidentes decorrentes do cumprimento de precatório, inclusive a expedição de requisitório complementar, com vistas à atualização do débito, é do presidente do tribunal e não do juízo de primeiro grau perante quem tramita a execução.